

ARQUIVOS

NOTÍCIA DE UMA PESQUISA REALIZADA NO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA EM OURO PRETO SOBRE FONTES PRIMÁRIAS.

CARLOS PACHECO
EDUARDO P. BERARDI JR.
JAELSON BITRAN TRINDADE

Alunos do Departamento de História da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Univer-
sidade de São Paulo.

Na sequência de uma linha constante de estudo — surgida o ano retrasado num seminário de História do Brasil, cujo tema se liga ao problema da “Conjuração Mineira” de 1789, o qual, desde logo, suscitou em nós decisivo interesse para além do imediatismo a que o debate do assunto em aula foi condicionado — fato que nos impeliu de então para cá a procurar, quer à luz do tratamento dado à matéria por tantos autores, quer a partir de pesquisas em fontes, uma ampliação do nosso campo de idéias (por fundamentação de hipóteses que a pouco e pouco vínhamos formulando), eis que finalmente se nos proporcionou em janeiro último uma deslocação a Ouro Preto, levados ali pela mira de proceder a investigações que se prendessem com aquela “Conjuração” com base no acervo documental existente no Museu da Inconfidência.

A informação de que no dito Museu se guardava um boa soma de documentos carentes de classificação, talhou, sem dúvida, a nossa decisão de irmos até lá — proposição que, desde logo felizmente, teve a favorece-la a cedência por parte do Setor de Documentação do Departamento de História de equipamento técnico indispensável à prossecução da nossa pesquisa.

Escolhidas naturalmente de antemão as balizas cronológicas que informariam o nosso trabalho (1785-1792) — critério que *a priori* nos facilitaria uma menos dificultosa aproximação do material a estudar, certo é que, se a nossa preocupação corporizava o método de li-

mitarmos a pesquisa ao tema “Conjuração Mineira”, bem depressa esta preocupação se desvaneceu quando, perante o resultado dos dois primeiros dias de labor (unicamente em seleção de documentos) nos certificamos quão ínfimos eram os testemunhos diretamente relacionados com a “Conjuração”, sendo que parte talvez já tivesse sido publicada. Longe, sem embargo, de possíveis efeitos frustrantes a que a ocorrência em si poderia ter dado ensejo, logo ali se nos contornou a vantagem de, para futuras investigações, enfeixar ao nosso núcleo de pesquisas previamente traçado algo mais do que documentação atinente à “Inconfidência Mineira”, e nessa ordem abrimos um novo quadro cronológico onde entraram, de acordo com o que foi exequível levantar, documentos relativos às três derradeiras décadas do século XVIII. Baseados assim neste novo critério, o proveito alcançado ao fim e ao cabo foi de molde a contentar-nos, senão plenamente, posto que o nosso interesse imediato não foi de todo logrado, pelo menos constituiu-se como uma satisfação decorrente da quantiosa documentação colhida, a qual, através de microfilmagens feitas, servirá — dentro do Setor de Documentação onde passará a figurar — de valioso auxílio para quem dessa documentação queira, enfim, fazer uso.

Desde cartas oficiais, das quais salientamos as que versam sôbre política pombalina passando por correspondência de caráter particular, destacavel pelo seu grande número (quase todas concernentes a negócios coloniais), até documentação da mais variada índole (inscrevendo-se neste item um caderno com normas específicas da Maçonaria, etc.), muita coisa realmente se encontra aí a exigir um estudo cuidadoso.

* *

*

Em que estado fomos encontrar os documentos, é ponto que, de algum modo, se nos afigura importante realçar, tanto mais que, futuramente, a outros historiadores que cogitem empreender buscas no Museu da Inconfidência, talvez as nossas indicações se revelem de alguma valia.

Os documentos achavam-se arquivados na sala da direção do Museu, ao mesmo tempo biblioteca, numa estante de pequenas dimensões, repartidas por três prateleiras altas, em pacotes identificáveis por ordem cronológica, a maior parte do século XIX, sendo apenas três do século XVIII. Outros mais pacotes, entretanto, se encontram, junto àqueles, tratando-se sem embargo de pacotes denominados “sem

data”. Acrescente-se ainda algum que pode ser encontrado com a rubrica “não classificado” ou com o nome do sujeito a quem se referia (1), e outros mesmo falhos de qualquer referência — entre pacotes e envelopes. Adicionado a isto, depara-se outrossim com livros administrativos e judiciais (séculos XVIII e XIX), soltos, além de pastas contendo documentação diversa não referenciada. Sob a guarda do Diretor do Museu, é de assinalar a existência de uma pasta, em cujo conteúdo se distinguíam dois documentos originais ligados à “Inconfidência”, um relativo ao sequestro dos bens de Inácio José de Alvarenga, o segundo respeitante

“as dúvidas que oppoz D. Barbara Eleodora Guilhermina da Silveira as contas dadas pelo Administrador e depositario (...)”

resumindo-se os demais dessa pasta a cartas de Lúcio José dos Santos, além de recortes de jornais.

No final do nosso trabalho consideramos pertinente a formação de pacotes, de acordo com a seguinte ordem: século XVIII e século XVIII A, B, C e D — encerrando nos dois primeiros (séculos XVIII e XVIII A) o material que fora objeto de microfilmagem e mais algum não enquadrado, deixando consignado em papel timbrado do Setor de Documentação, colado tanto aos ditos pacotes como a pastas donde outros documentos foram extraídos, a observação de que aquele material havia sido trabalhado e que, deste modo, qualquer alteração no paradeiro ou nova organização que doravante aí se introduzisse, fosse oportunamente comunicada ao Setor de Documentação do Departamento de História da Universidade de São Paulo, para que as referências e consequente retorno às fontes registradas não sejam mal dirigidas.

* *

*

Conforme se pode ver no quadro adiante apresentado, o acervo documental por nós trabalhado situa-se em ordem a três grandes grupos de temas: Inconfidência, Documentos Diversos e Negócios Coloniais. Esta documentação, todavia, constitui tão-somente uma amostragem do que foi empreendido. Fatores relacionados com a falta de espaço na *Revista* não permitem, por exemplo, a publicação na íntegra, como seria nosso desejo, de todas as peças documentais que integram os grupos.

(1). — Neste particular, parece-nos significativo mencionar, por exemplo, a vasta coleção epistolar existente no Museu afeta ao Barão de Camargo (Manuel Teixeira de Sousa) entre outra documentação não menos importante relativa ao período regencial da História do Brasil.

INCONFIDÊNCIA
FONTES PRIMÁRIAS:
OFICIAIS

1. Cópias fotostáticas de comprovações de despesas de alimentação com os presos Inconfidentes Tomás Antônio Gonzaga, José Álvares Maciel e Domingos Vidal Barbosa. — Datação compreendida entre os meses de Agosto a Dezembro de 1791, sendo de seis o número de comprovações (*).
2. Apenço a cinco páginas “rellativo as duvidas que oppoz D. Barbara Eleodora Guilhermina da Silveira as contas dadas pelo Administrador e depositario Francisco Xavier Pereira” (...). 1792. Mau estado (*).
3. Sequestro feito em bens do Ten. Cor. el Domingos de Abreu Vieira “p. ordem do Ilustrissimo e Ex.mo Snr. Visconde de Barbacena, G.or e Capitão General da Capitania de Minas Gerais”. — 1789 a 29 de Dezembro de 1803. Bom estado (2) (**).
4. Carta oficial de Camilo Tonnelet, Cor.el e Ajudante de Ordens do Ill.mo e Ex.mo Vice Rey do Estado do Brasil, para o Ill.mo e Ex.mo S.or Martinho de Mello e Castro denunciando a remessa da cópia da Devassa, tendo sido entregue para esse fim o caixote, em que vai encerrada a mesma Devassa, ao Mestre do navio Viriato. — 24 de Fevereiro de 1790. — Cópia datilografada. Procedência não mencionada (*).
5. Apenço a nove páginas relativo à “Conta dada pelo Administrador e depositário dos bens sequestrados a Ignacio Joze de Alvarenga, o Furriel Francisco Xavier Pereira (...)”. — 16 de Dezembro de 1790 a 16 de Janeiro de 1792. Estado razoável: margens em grau adiantado de decomposição (*).
6. Termo de responsabilidade assinado por Hygino José Ferreira pelo recebimento na Secretaria do Estado de um caixote “coberto de enserado” com a positiva recomentação do Ill.mo e Ex.mo Snr. Vice Rey do Estado do Brazil de o entregar na Cid.e de Lisboa a Ordem do Ill.mo e Ex.mo

(2). — Destaque-se a importância deste documento (que reúne 216 fols.), e cuja microfilmagem houve igualmente por bem se fazer — posto que a sua publicação não consta na íntegra nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, Rio de Janeiro, 1936-1938. O número de fotogramas feitos com a microfilmagem deste documento conta-se em 108.

(*) . — Pasta do Diretor do Museu.

(**) . — Pasta do século XVIII.

- S.or Martinho de Mello e Castro, Secretaria de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos. — 22 de Fevereiro de 1790. — Cópia datilografada. — Procedência não mencionada (*).
7. Assento de matrimónio do Tenente Coronel Francisco de Paula Freire de Andrade na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Villa Rica com a filha legítima do Capitão Mor, José Alves Maciel, a 15 de Agosto de 1782. — Cópia datilografada do livro 2º dos Registros dos Casamentos da matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, fls. 120 verso, feita pelo Ministério de Educação e Saúde em papel timbrado (*).
 8. Abaixo assinado em comum firmado por Joaquim de Lima e Melo e Jão Rodrigues de Macedo. — 10 de Março de 1792. Bom estado (*).
 9. Atestado em favor de João Baptista da Mota firmado pelo dr. Ignacio José de Alvarenga de “Dezembargo de S. Mag.de, Ouvidor e Corregedor nesta Comarca do Rio das Mortes &”. 19 de Outubro de 1777. Bom estado (*).
 10. Aprovação pelo Ouvidor da Comarca de Villa Rica, Tomás António Gonzaga, “à nomeação que (...) fizerao na pessoa de Franc.co de Freitas Braga p.a Fiscal da Real Caza da Fundição (...)”. — Villa Rica, 4 de Outubro de 1783. Bom estado (*).
 11. Recibo de quantia levantada na Real Fazenda por Francisco de Paula Freire de Andrade, Tenente Coronel Comandante do Regimento de Infantaria, “para pagamentos dos Off.es inferiores e soldados existentes nesta Praça (...)”. — Seguem-se os pagamentos descriminados. Villa Rica, 16 de Julho de 1782. Bom estado (*).
 12. Provimto do D.or Thomaz Antonio Gonzaga, do Desembargo de S. Mag. de &, Ouvidorgeral, e do Corregedor da Comarca de Villa Rica, e Juiz dos Feitos do Contencioso da Real Fazenda do Deputado do Tribunal da Junta della Cap.nia de Minas Geraes &, o qual por seu despacho manda prover João Baptista Pereira na “serventia do Offício de Escrivão do Meirinho do Contracto dos Dizimos (...)”. — Villa Rica, 23 de Agosto de 1785. Bom estado (*).
 13. Ordens do Real Erário expedidas pelo Marquês de Angeja, Ministro Assistente ao Despacho da Rainha D. Maria I, à Junta da Fazenda da Capitania de Minas Gerais para que

(***). — Pasta do século XVIII-A.

sejam pagos ao Doutor Thomaz António Gonzaga “todos os Ordenados e mais emolumentos que lhe competem (...)” — Reg.da a fol. 469. — Villá Rica, 4 de Janeiro de 1783. Bom estado (***).

PARTICULARES

1. Cópia da carta a dezasseis páginas que “o M. Dr. António Joaquim de Souza Correia e Mello, Vigário de Paracatú, mandou (...) a Francisco de Paula Meyrelles, Presbítero Secular, Filósofo e Matemático pela Universidade de Coimbra, e por S. Mag.e Fidelíssima Professor das mesmas Faculdades, em que se vê a censura da Oração Académica feita à incomparável Clem.a de Maria I Rainha de Portugal (...). — 3 de Maio de 1792. Bom estado (**).
2. Carta de Domingos José Ferreira ao Sr. Coronel Manoel José Fernandes de Oliveira na qual é revelado o teor de uma conversa sigilosa que o remetente tivera com o Bacharel José Caetano Cesar Manitti, Ouvidor e Corregedor de Sabará. — Villa Rica, 9 de Dezembro de 1791. Mau estado (3) (**).
3. Notícia epistolar a onze páginas dada por José Álvares de Barros a João Rodrigues de Macedo acerca de ataques do gentio contra uma fazenda da propriedade deste último. — 27 de Maio de 1795. — Bom estado (**).
4. Solicitação epistolar, a duas páginas, de assistência pecuniária formulada por José Álvares de Barros a João Rodrigues de Macedo. — Cadeia da Corte, 20 de Dezembro de 1790. Bom estado.

FONTES SECUNDÁRIAS

1. Manuscritos originais de Lúcio José dos Santos tratando da Inconfidência Mineira. — Nov.o e Dez.o de 1940 (**).
2. Artigo em jornal sobre a autoria das “Cartas Chilenas” (****).

DOCUMENTOS DIVERSOS

1. Sob o título “Maçonaria” um caderno que condensa as normas daquela associação ideológico-revolucionária. — Sem data. Em bom estado (***).

(3). — Por conveniência decorrente do estado de conservação deste documento, cuja leitura, em microfilme que se fez, é a todos os títulos impossível, consideraram os autores desta pesquisa pertinente a transcrição do documento, a qual foi também microfilmada.

2. “Cartas do Marquês de Pombal”: versando “sobre o Estado passado e presente do Reyno de Portugal”. — Caderno de 25 fls. contendo a matéria de 17 cartas todas elas datadas de Lisboa num período de meidia entre 26 de Jan. e 3 de Jun. de 1777; o dito caderno inclui ainda como epílogo um compêndio histórico e analítico do juízo formado nas 17 cartas (ano de 1778). Bom estado (**).
3. Coleção de 9 cartas de um Estudante Mineiro em Coimbra. — 1766-1770. Bom estado (***) .
4. Arraial do Abre Campo. 1770-1776 (26 fotogramas) (***) .
5. Consulta Régia pelo Seminário de Mariana. 11 de Maio de 1753. Bom estado (***) .
6. Sobre a Casa Capitular de Mariana (1769-1770) e Sé Catedral de Mariana (1794). 31 fotogramas (***) .
7. Poesias anônimas de timbre arcádico. — Sem data. Estado razoável de conservação (**).

NEGÓCIOS COLONIAIS (4)

PARTICULARES

1. Luiz da Silva Valle — 122 cartas e dois livros de Apontamentos (1770-1799).
2. Manuel Barbosa dos Santos — 3 cartas (1786).
3. Manuel de Oliveira Pinto — 54 cartas (1770-1778).
4. Clara Felícia Rosa — 182 cartas (1777-1785).

(4). — Do total dos avulsos microfilmados inscritos nesta rubrica contam-se 174 fotogramas.

(**). — Pasta do século XVIII.

(***). — Pasta século XVIII-A.

(****). — Pasta com timbre do Setor de Documentação do Departamento de História da FFLCH da USP.